

Voto contra anistia causa tumulto e Covas sai escoltado do plenário

Agência "JB"



Marinheiros fazem manifestação durante a votação da anistia na Sistematização

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

Os líderes históricos do PMDB enfrentaram ontem um dos seus dias mais negros desde a instalação do Congresso constituinte. O voto contra a anistia aos militares comandado pela cúpula do partido provocou um tumulto no final da sessão matinal da Comissão de Sistematização. Os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e, especialmente, Mário Covas (PMDB-SP) foram cercados, quase foram agredidos e tiveram que sair sob escolta.



"Você é um cassado, você é um traidor dos outros cassados" —berrou a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) ao senador Mário Covas, no fim da sessão, às 13h30. Nas galerias, até então caladas, cerca de 200 ex-militares cassados e seus familiares, jovens e velhas senhoras de punho erguido dirigiram-se ao plenário, aos gritos de "traidores" e "covardes" e "Covas traidor". O mesmo Mário Covas que no dia anterior fez explodir as galerias da Constituinte, com seu discurso pelos quatro anos para o presidente Sarney, viu-se ontem numa situação constrangedora. Xingado, ameaçado, ele sequer podia responder, a conselho de amigos que lembraram sua recente operação cardíaca. "Mas não posso ouvir tudo isso e ficar sem responder" —lamentava. O senador Fernando Henrique Cardoso

(PMDB-SP), mais ágil, saiu do plenário discretamente antes do fim da sessão.

Covas foi cercado na saída do plenário por um grupo de marinheiros e alguns deputados. A deputada Raquel Cândido tentou interferir numa entrevista que o senador dava à TV Manchete. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) se interpôs entre os dois. Isto irritou ao deputado Brandão Monteiro, que gritou: "Valamber as botas dos militares". Perplexo, Britto reagiu: "Você me conhece e sabe se eu lambi as botas dos militares durante a ditadura". Brandão partiu para cima de Covas, a esta altura já cercado pela "segurança" formado por alguns assessores mais os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Ibsen Pinheiro (PMDB-SC) e Fernando Gasparian (PMDB-SP). Na porta do plenário, um grupo de marinheiros gritou: "É uma vergonha, é traição aos oito milhões de votos".

Os deputados foram até o gabinete de Covas, seguido pelos militares cassados. Covas trancou-se com alguns deles em sua sala e disse que a votação contra a anistia poderia ainda ser mudada. "Isto não é definitivo, vai haver um bom texto". Quando saiu para o almoço, outro constrangimento: um velho militar cassado, chorando, acusava o senador. Covas teve que responder: "Quando fui cassado (em 1969) ninguém me defendeu, apesar de vocês serem cassados pelo menos a lei os protege". Saiu, almoçou e, na volta, enfrentou outro grupo, agora mais calmo. Recebeu pedidos de desculpa e disse que "hoje foi uma simples etapa" e que "a questão não está de forma alguma encerrada".

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Amplicação da anistia.

PMDB

Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Artur da Távola (RJ), Celso Dourado (BA), Cristina Tavares (PE), Fernando Gasparian (SP), Fernando Lyra (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabóia (MA), José Ignácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), Nelson Friedrich (PR), Paulo Ramos (RJ), Severo Gomes (SP), Sigmaringa Seixas (DF), Virgildásio de Senna (BA). **Suplentes:** Antonio Mariz (PB), Chagas Rodrigues (PI), João Agripino (PB), João Natal (GO), José Carlos Grecco (SP), José Costa (MA), José Maranhão (PB), Márcio Braga (RJ), Miro Teixeira (RJ), Nelson Wedekin (SC), Octávio Elisio (MG), Uldurico Pinto (BA), Vicente Bogo (RS)

PFL

José Thomaz Nonô (AL), Sandra Cavalcanti (RJ)

PDS

Gérson Peres (PA)

PDT

Brandão Monteiro (RJ), José Maurício (RJ), Lysâneas Maciel (RJ)

PT

Plínio de Arruda Sampaio (SP). **Suplente:** José Genoino (SP)

PTB

Francisco Rossi (SP), Joaquim Bevilacqua (SP)

PSB

Jamil Haddad (RJ)

PCB

Roberto Freire (PE)

PC do B

Haroldo Lima (BA)

PMDB

Antônio Britto (RS), Bernardo Cabral (AM), Carlos Sant'Anna (BA), Cid Carvalho (MA), Egidio Ferreira Lima (PE), Fernando Bezerra Coelho (PE), Ibsen Pinheiro (RS), José Richa (PR), Manoel Moreira (SP), Nelson Jobim (RS), Nilson Gibson (PE), Raimundo Bezerra (CE), Rodrigues Palma (MT), Wilson Martins (MS). **Suplentes:** Daso Coimbra (RJ), José Tavares (PR), Mário Covas (SP), Ziza Valadares (MG)

PFL

Alceni Guerra (PR), Aloysio Chaves (PA), Arnaldo Prieto (RS), Carlos Chiarelli (RS), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Benjamin (BA), Gilson Machado (MT), Inocêncio de Oliveira (PE), José Lins (CE), José Santana (MG), Luiz Eduardo Magalhães (BA), Mário Assad (MG), Osvaldo Coelho (PE), Paulo Pimentel (PR), Ricardo Fiuza (PE). **Suplentes:** Annibal Barcelos (AP), Enoc Vieira (MA), Furtado Leite (CE), Jonas Pinheiro (MT), José Lourenço (BA), José Tinoco (PE), Paes Landim (PI)

PDS

Antônio Carlos Konder Reis (SC), Jarbas Passarinho (PA), José Luiz Maia (PI), Virgílio Távora (CE). **Suplente:** Bonifácio de Andrada (MG)

PTB

Suplente: Ottomar Pinto (RR)

PDC

Siqueira Campos (GO)

PL

Adolpho de Oliveira (RJ)

PMDB

Renato Vianna (SC)

PMDB

Alfredo Campos (MG), Almir Gabriel (BA), Aluizio Campos (PB), Carlos Mosconi (MG), Fernando Henrique Cardoso (SP), João Calmon (ES), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Freire (GO), José Geraldo Ribeiro (MG), José Serra (SP), José Ulisses de Oliveira (MG), Mário Lima (BA), Milton Reis (MG), Nelson Carneiro (RJ), Osvaldo Lima Filho (PE), Pimenta da Veiga (MG), Theodoro Mendes (SP)

PFL

Afonso Arinos (RJ), Antonio Carlos M. Thame (SP), Cristóvam Chiaradia (MG), Francisco Dornelles (RJ), José Jorge (PE), Marcondes Gadelha (PB), Oscar Corrêa (MG)

PDS

Darcy Pozzo (RS)

PT

Luís Inácio Lula da Silva (SP)

PTB

Garstone Righi (SP)

PMB

Antônio Farias (PE)

As votações são nominiais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 93 membros, convocam-se os suplentes. A chamada segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapasse 47 votos (maioria absoluta dos membros).

Estados também terão o sistema parlamentar

Da Sucursal de Brasília

A partir de março de 1991, os governos estaduais terão de se adaptar ao sistema parlamentarista, se o plenário do Congresso constituinte ratificar a decisão de ontem da Comissão de Sistematização. Por 63 votos a 22 e oito abstenções, foi aprovada uma emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que estabelece a adoção do parlamentarismo pelas novas Constituições estaduais. Hoje, a comissão deve terminar a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), apreciando os últimos 62 artigos das "Disposições Transitórias" do substitutivo da nova Carta.

Pelo texto da emenda Carneiro, os atuais governadores estaduais ficam com seus mandatos assegurados. Apenas após o término de seus governos, a adaptação será feita. As atuais Assembleias Legislativas —que serão transformadas em Assembleias constituintes, para elaborar o novo texto constitucional estadual— terão autonomia para escolher a "forma" de parlamentarismo que o Estado adotará. Não foi fixado o prazo para a implantação do sistema. "Os Estados terão de se adaptar ao sistema parlamentarista, mas não na mesma forma adotada pelo sistema federal", disse o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), ao interpretar o texto aprovado pela comissão. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) discorda de Jobim. "O sistema parlamentarista não é obrigatório. O

Estado federado é autônomo para escolher como quer que o governo atue". Segundo ela, em países que adotam o parlamentarismo, mas são uma federação, há autonomia para que os Estados determinem se querem ter um governador ou não. Na Alemanha e na Dinamarca, por exemplo, alguns Estados adotam o governo de gabinete e dispensam o governador. Assim, o Estado teria apenas o deputado primeiro-ministro e um conselho formado de deputados estaduais encarregados de administrar o Estado. O deputado primeiro-ministro é o chefe de governo. "Não há necessidade de um chefe de Estado (no caso, o governador) para um Estado", disse Sandra.

O deputado José Lourenço (BA), líder do PFL, protestou contra a aprovação da emenda Carneiro, dizendo que era um "casuismo" assegurar os mandatos dos atuais governadores, porque o mandato do presidente José Sarney não "foi respeitado". PT e o PDT, que, como Lourenço, também defendem o presidencialismo, foram contra a proposta de Carneiro. "O que o governador vai fazer? Se o presidente é chefe de Estado e das Forças Armadas, o governador só servirá para dar medalhas", disse o deputado José Genoino (PT-SP), ao usar a tribuna para pedir a rejeição do projeto. "A emenda fere a soberania das Assembleias Legislativas, que se transformarão em Assembleias constituintes", afirmou o deputado Luis Salomão (PDT-RJ).

Plenário só começa votação após acordo sobre regimento

Da Sucursal de Brasília

Os trabalhos do plenário do Congresso constituinte poderão ter início terça-feira, caso as lideranças partidárias cheguem a um acordo e consigam aprovar a mudança no Regimento Interno, na segunda-feira. Neste dia o presidente interino do Congresso constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vai colocar em votação a proposta de mudança, feita pelo "Centrão" (grupo suprapartidário que reúne os parlamentares conservadores).

Mauro Benevides disse ontem, após a reunião com as lideranças na Constituinte, que espera um acordo entre elas para que a votação da mudança do regimento não atrase demais o começo dos trabalhos do plenário. Mauro Benevides disse que

a redação final do texto aprovado pela Comissão de Sistematização estará pronto amanhã. Na quinta-feira o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá entregar o projeto de Constituição à Mesa do Congresso constituinte. Na sexta e no sábado o projeto será impresso e, no domingo e segunda, distribuído.

A esquerda pretende propor emendas para mudança no papel constitucional das Forças Armadas, liberdade de organização sindical, imissão imediata da posse de terra no caso de desapropriação para fins de reforma agrária e democratização das comunicações. O "Centrão" pretende o contrário: manter o papel das Forças Armadas e o estado de defesa, modificar o conceito de empresa nacional e promover mudanças nos capítulos da ordem econômica e social.